

São Tomé e Príncipe e o “Ouro Negro”

Resumo da conferência proferida pelo Doutor Gerhard Seibert na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (11 de Maio de 2007)?

Ana Maria Dias

Aluna da Licenciatura em Geografia
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
E-mail: anamar_dias@sapo.pt

No âmbito do ciclo de conferências sobre os grandes problemas da África contemporânea, organizado pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, realizou-se no passado dia 11 de Maio, pelas 18h00, no Anfiteatro IV daquela Faculdade uma palestra proferida pelo Doutor Gerhard Seibert subordinada ao tema: “África e a Geopolítica do Petróleo – O caso de S. Tomé e Príncipe”.

Gerhard Seibert, investigador do Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical, honrou uma plateia constituída, na sua maioria, por estudantes daquela Faculdade, que durante 60 minutos viram esclarecidas as principais questões associadas a estas matérias, com o que muito aproveitaram para as suas actividades académicas.

Abordando o tema dos recursos naturais do pequeno arquipélago de S. Tomé e Príncipe (STP), nomeadamente o petróleo, Seibert referiu-se às questões associadas aos métodos utilizados nas concessões dos espaços para a exploração petrolífera às companhias estrangeiras, às formas pouco “ortodoxas” como têm sido geridas as avultadas quantias pagas pelas empresas petrolíferas a esta jovem república e às controversas remodelações governamentais que aí se têm sucedido. Todas estas questões foram enquadradas por uma apreciação geral ao tema das estratégias geopolíticas que envolvem o petróleo em África.

O conferencista começou por aludir ao fraco aproveitamento de outros recursos em STP, em particular os agrícolas. Uma das produções que poderia contribuir, na actualidade, para um incremento da riqueza deste país corresponde ao cacau, o qual constitui um dos principais recursos agrícolas exportáveis. No passado, STP beneficiou de elevados níveis de produção de cacau (há cem anos atrás a sua produção situava-se nas 30 mil toneladas/ano). Mas actualmente a produção e exportação deste produto não representa mais que 4% do PNB do Estado são-tomense, o que, entre o mais – e como referiu Seibert – denota um acentuado fracasso da política do FMI. Segundo a sua opinião, tal é desde logo comprovado pelo facto dos níveis de exportação de serviços e do turismo já terem ultrapassado largamente o valor das receitas do cacau.

Ainda que não haja confirmação da existência de petróleo em quantidades que assegurem a rentabilidade da respectiva extracção, STP passou a ser o mais recente país africano contemplado com o “Ouro Negro”. Passou, assim, a integrar o *puzzle* da “Rota do Crude” e a fazer parte das “preocupações” internacionais.

As fortes probabilidades de existência de petróleo em STP estiveram na origem dos interesses de um empresário sul-africano que iniciou perfurações naquele país ainda nos finais da década de 1980. Confirmou-se, então, a existência de petróleo no arquipélago, sem contudo haver certezas quer quanto às reais quantidades deste hidrocarboneto existentes, quer quanto à garantia de que a sua extracção fosse economicamente viável.

Ainda assim, esta confirmação não deixou de despertar os interesses de vários países dos cinco continentes: Nigéria, China, Reino Unido, Austrália e, sobretudo, os EUA. De facto, são sobretudo os EUA que, através das suas empresas petrolíferas, de recorrentes visitas ao país, de investimentos feitos e, inclusivé, do projecto de instalação de uma base militar (com vista a manter a “segurança” daquela região petrolífera) afirmam a sua presença em STP.

[?] Trabalho prático individual realizado para a disciplina de Grandes Espaços Mundiais / Geografia de África (Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Todas as empresas que obtiveram concessões para a exploração do petróleo em STP têm injectado na economia são-tomense elevadas quantias resultantes dos bónus das respectivas assinaturas contratuais. Porém, e paralelamente ao que acontece com outros países africanos – como Angola ou Nigéria, por exemplo, onde se verifica abundância de petróleo e, contraditoriamente, baixos níveis de desenvolvimento –, STP repete um padrão igualmente marcado por “magros” níveis de desenvolvimento económico e social.

A falta de investimento interno, os reduzidos níveis de instrução e formação, fazem de STP um país vulnerável e dependente das ajudas/intervenções internacionais, tanto no âmbito financeiro e tecnológico, como no que respeita à disponibilidade de quadros técnicos. Em face deste *handicap*, os países com elevada *performance* tecnológica e com recursos financeiros apreciáveis, têm vindo a “tomar” progressivamente o arquipélago com o intento de se apropriarem do “precioso” hidrocarboneto. Mais uma vez, o destaque cabe aos EUA, que projectam vir a satisfazer 25% das suas necessidades de petróleo nos países do Golfo da Guiné de modo a reduzirem a sua dependência petrolífera dos países asiáticos.

Para um pequeno país como STP, situado no Golfo da Guiné, com apenas 1001 km² de área, elevada percentagem de pobreza (53% do total dos 155 mil habitantes vive em situação de pobreza) e acentuados défices orçamentais, a “aparição” do petróleo passou a ser a esperança da prosperidade e desenvolvimento das vertentes económica e social. Mesmo correndo riscos de ver restringida alguma autonomia na gestão dos seus espaços marítimos (o que se adivinha, como resultado da imposição dos interesses de quem detém o poderio tecnológico e financeiro necessário à exploração do petróleo), o crescimento económico são-tomense ficará certamente assegurado caso se confirme a existência de jazidas cuja exploração seja economicamente viável.

Os elevados custos (entre 30 a 40 milhões de dólares) que as operações de perfuração implicam, dado que o petróleo se encontra a uma profundidade marítima de 1500/2000m, envolvem elevadas disponibilidades financeiras para a prossecução das explorações. Todavia, estes factores não foram impeditivos da realização de contratos, os quais tiveram início em 1997, através da empresa de exploração petrolífera Environment Remediation Holding Cooperation (ERHC), controlada pela Charmer

Energy Corporation, uma empresa nigeriana com sede nos EUA. Ao mesmo tempo, esta companhia iniciou um longo e polémico processo de acordos para exploração do petróleo, de que resultaram sucessivas rupturas e readmissões, tanto com esta como com as outras empresas petrolíferas que lhe sucederam.

Os incumprimentos contratuais, as controvérsias a propósito de delimitação das fronteiras marítimas, bem como algumas práticas pouco rigorosas respeitantes às cedências dos espaços para exploração petrolífera – sobretudo aquando a realização dos dois primeiros leilões dos blocos, efectuados entre Abril de 2003 e Dezembro de 2004 – , a que se juntou a má gestão das avultadas quantias recebidas pelos primeiros contratos de concessão, culminaram na demissão de alguns elementos do executivo governamental são-tomense e na necessidade da clarificação da sua Zona Económica Exclusiva.

Ao primeiro leilão dos blocos concorreram 20 companhias petrolíferas. Estas submeteram 33 propostas para 8 dos 9 blocos em licitação. As ofertas totalizaram cerca de 500 milhões de dólares. Tendo acabado por apenas ser aceite a adjudicação do Bloco 1, a respectiva licença traduziu-se num contrato assinado em conjunto com a Chevron Texaco (51%), Exxon Mobil (40%) e Equity Energy Resources (9%). Ao segundo leilão 22 companhias apresentaram um total de 26 ofertas. Confirmou-se uma forte presença nigeriana e poucas propostas melhoram o nível de ofertas constantes do primeiro leilão. Em Dezembro de 2005, no relatório de uma investigação a esta adjudicação realizada a pedido da Comissão dos Assuntos Petrolíferos de STP, o Procurador Geral da República confirmou que foram detectadas sérias irregularidades na adjudicação dos cinco blocos do segundo leilão, cujos resultados se revelaram favoráveis aos interesses das companhias nigerianas em detrimento dos de São Tomé e Príncipe.

Tudo isto não pode deixar de constituir matéria de reflexão, desde logo atendendo aos valores envolvidos: o bónus de assinatura do 1º bloco rendeu a STP 49,2 milhões de dólares (ainda que destes tivessem sido retirados 20 milhões, mais custos operacionais, para pagamento à Nigéria de dívidas anteriormente contraídas por parte de STP); as receitas obtidas com a concessão dos blocos 2 e 4 totalizaram 28,6 milhões de dólares; finalmente, segundo estimativas do FMI, STP poderá beneficiar de receitas no valor de 26 milhões de dólares até 2012 e de 396 milhões de dólares até 2015.

Perante este cenário, STP vem apostando na criação de um quadro legal e de órgãos reguladores das actividades associadas ao petróleo no país. Entre 1999 e 2007, ante as insustentáveis práticas de corrupção, foi aprovada a Lei-quadro das Receitas Petrolíferas, diversa legislação anti-corrupção, institutos reguladores da indústria extractiva, bem como outras instituições com vista à boa utilização das receitas do petróleo e controlo dos cumprimentos contratuais.

Entre as muitas perguntas colocadas a Gerhard Seibert no final de sua conferência, destacamos duas. A primeira reportou-se à utilização das verbas provenientes das actividades petrolíferas já recebidas por STP, enquanto a segunda questionou sobre as prioridades, no âmbito económico e social, que o país tem em agenda. Em resposta a estas questões, o doutor Seibert disse a dado passo: - *Para além dos pagamentos das dívidas, não se sabe muito bem o que aconteceu aos outros dinheiros. Há muito a fazer em STP, a todos os níveis, mas é muito difícil acabar com a corrupção.*